

**AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS DO MUNICÍPIO DE
LEME – SÃO PAULO**

CONCORRÊNCIA “ELETRÔNICA”: Nº 011/2025

BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.680.121/0001-91, localizada a Rua Coronel Guilherme Rocha, 160, Jardim Andaraí, CEP 02167-030, São Paulo/SP, por meio de seu representante legal, **JORGE MARQUES MOURA**, brasileiro, engenheiro civil, portador do RG nº 4.825.850 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 761.631.568-20, vem apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** em face dos termos do edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025**, publicada pela **MUNICÍPIO DE LEME**, posto que referido instrumento convocatório encontra-se em desacordo com os princípios gerais do Direito Administrativo, especificamente os estampados na Lei de regência, conforme se verifica pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

1. DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O edital de licitação ora questionado tem como objeto, “SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, SUBSIDIÁRIA PELA MATÉRIA JURÍDICA, ECONÔMICA E DE ENGENHARIA, PARA ESTUDO E ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA MODERNIZAÇÃO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO DO MUNICÍPIO DE LEME/SP”.

A presente licitação reger-se-á com fundamento nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Conforme será detalhado a seguir, o edital contém irregularidades que não se amoldam à sistemática da Lei de Licitações e aos princípios de Direito e, por isso, devem ser

corrigidas. Assim, desde já, pugna-se que seja acolhida a presente **IMPUGNAÇÃO** para que sejam retificados os termos da Concorrência Eletrônica nº 011/2025, quanto aos aspectos abaixo detalhados.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 4.19 do Edital, a licitante poderá impugnar os termos do Edital até o 3º dia útil que anteceder a data da sessão pública. Com isso, estando a data da abertura designada para o dia 18 de agosto de 2025, o prazo fatal para apresentação das impugnações será em 13 de agosto de 2025. Portanto, é tempestiva a referente impugnação, visto que está dentro do prazo ora estabelecido.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A Constituição Federal, ao tratar do tema licitação, dispôs em seu artigo 37, XXI, que, *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

A finalidade da licitação é a viabilização da melhor contratação para a Administração Pública, por isso, é de suma importância a garantia do princípio da competitividade que tem por *“corolário viabilizar o maior número de participantes a fim de que seja possível a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ademais, quanto maior o número de interessados, melhor será a gama de opções à disposição do Poder Público que poderá analisar, dentro dos requisitos legais, qual a proposta que mais se adequa ao interesse público”* (MARINELA, 2022, p.422).

O limite da exigência de documentos para fins de habilitação é a necessidade de proteger a Administração dos maus prestadores de serviços. Contudo, essa exigência

não deve ser excessiva a ponto de impedir a competitividade do certame, pela, no caso da habilitação técnica, requisição de atestados de capacidade que englobem itens de menor importância, mas que serão atendidos por poucos ou apenas um licitante, como destacado na Lei 14.133/21, em seu art. 9º, I¹.

E, exatamente nesse contexto que o mesmo texto legal, em seu artigo 5º² da Lei 14.133/21, em consagração ao princípio da ampla competitividade, exigiu que os Interessados em participar de um processo de contratação com entes integrantes da Administração Pública deverão demonstrar experiência anterior *“limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos”*.

Nota-se, assim, que a exigência é de que a comprovação da capacitação técnica deve ficar restrita às parcelas do objeto licitado que sejam, **alternativamente**, de maior relevância técnica **ou** de valor significativo, e que devem estar previamente definidas no instrumento convocatório, como impõe o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/21³.

Ainda, interessante que o art. 67, § 1º da Lei 14.133/21 estabelece que valor significativo é aquele considerado valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Sobre o tema, ensina o Professor Carlos Ari Sundfeld:

¹ Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

² Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

³ Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Importante lembrar que as obras são um complexo de atividades, muitas vezes envolvendo partes bastantes diferenciadas (ex.: na construção de hidroelétrica, têm-se trabalhos de escavação, terraplenagem, edificação de barragem, instalação de sofisticados equipamentos, etc.). Não é fundamental, para a boa execução, que os profissionais tenham experiência em todas as atividades, algumas de menor importância no contexto. Por isso, a necessidade de comprovar a experiência anterior do profissional será limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação (art. 30, §1º, I), definidas no edital de modo objetivo (art. 30, §2º).

Leciona também Rolf Dieter Oskar Friedrich Bräunert que:

“Entende-se por parcela de maior relevância e de valor significativo aquelas que preponderam sobre as outras parcelas que compõem o objeto a ser licitado. Enquadram-se, neste aspecto, as parcelas que preponderam monetariamente sobre as demais parcelas que compõem o objeto e, também, aquelas que predominam tecnologicamente sobre as demais parcelas do objeto. Não basta o cumprimento de uma ou outra parcela, ambas as condições devem simultaneamente ser atendidas. Uma ponte, com uma determinada extensão, em concreto protendido, em concreto armado, pista de rolamento em CBUQ a ser executada sobre um rio cuja fundação, face condições técnicas, tem que ser do tipo tubulão a ar comprimido, as parcelas de maior relevância (técnica) são: o concreto protendido, os tubulões a ar comprimido e a extensão da ponte. Por outro lado as parcelas de maior valor significativo (monetário) são: o concreto protendido, os tubulões a ar comprimido, a pista de rolamento e a extensão da ponte. Neste caso as duas condições (técnica e financeira) coincidem parcialmente. Portanto, as parcelas de maior relevância e valor

significativo do objeto são: o volume de concreto pretendido, a extensão dos tubulões a ar comprimido e a extensão/comprimento da ponte. A pista de rolamento, em princípio não é uma parcela de maior relevância e de valor significativo, vez que não se enquadra na parcela de maior relevância técnica, mas sim, somente na de valor significativo. Estas parcelas de maior relevância e valor significativo, obrigatoriamente deverão estar especificadas no instrumento convocatório.”

E não é só, o Tribunal de Contas da União, ainda destaca que além da relevância e do valor, deve haver expressamente e publicamente as justificativas das exigências da comprovação da capacidade técnica, para que não haja restrição ao caráter competitivo do certame.

A Administração deve consignar, expressa e publicamente, os motivos de exigência de comprovação de capacidade técnica e demonstrar, fundamentadamente, que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, a fim de assegurar a não ocorrência de restrição ao caráter competitivo do certame. (TCU, Acórdão 489/2012-Plenário, Data da sessão 07/03/2012, Relator Valmir Campelo).

Nesta mesma linha de raciocínio o Tribunal de Contas da União, entende que a habilitação técnica baseada apenas nos principais itens da obra ou serviço é, nas situações ordinárias, a que mais se harmoniza com os preceitos constitucionais e com o princípio da ampla concorrência nas licitações públicas e, por isso, fixou o entendimento de que “a exigência de atestado para itens específicos deve ser condição excepcional, fundamentada na **relevância particular daquele item para a consecução do empreendimento** e, ainda, quando o item não for usual no tipo de serviço contratado.”

Diante disso, convém analisar o item 4.9.18 do Edital de licitação:

4.9.18. Prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por meio dos seguintes documentos:

4.9.18.2.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa licitante, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), demonstrando a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme estabelecido no art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

4.9.18.2.2.4. Comprovação de experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações que integre, em uma única plataforma, no mínimo os seguintes elementos: equipamentos de iluminação pública, sistemas de vídeo, sistemas de telecomunicação (com ou sem fio) e **interface de comunicação visual (telas LED ou LCD)**, demonstrando a capacidade técnico-operacional em serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, conforme estabelecido no art. 67, inciso I e § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

O item 4.9.18.2.2.4 do edital exige que a licitante apresente atestado que comprove experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações integrando, em uma única plataforma, equipamentos de iluminação pública, sistemas de vídeo, sistemas de telecomunicação e interface de comunicação visual (telas LED ou LCD).

No mínimo, o edital deveria admitir a apresentação de atestados separados para cada um desses elementos, permitindo que empresas com expertise comprovada em qualquer dos componentes pudessem participar do certame, sem necessidade de

comprovar experiência prévia em toda a integração, que é atípica e incomum no mercado. A exigência atual **concentra indevidamente a habilitação em um número muito restrito de potenciais licitantes** que, além de deterem experiência em iluminação pública, também tenham executado, de forma simultânea e documentada, serviços de instalação de câmeras, roteadores de wi-fi e telas LED.

Embora tal requisito possa parecer relacionado ao objeto, verifica-se que a parcela correspondente **não** possui relevância financeira traduzindo-se apenas em **1,5% do valor global estimado** e não será instalada em via pública, descaracterizando-se como elemento de maior relevância técnica no contexto da contratação. Vejamos a planilha a seguir:

Item	Atividade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
MODERNIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
1	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 68 W ATÉ 97 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	7862 unid.	R\$ 417,06	R\$ 3.278.925,72
2	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	743 unid.	R\$ 480,40	R\$ 356.937,20
3	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	825 unid.	R\$ 610,63	R\$ 503.769,75
4	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	9430 unid.	R\$ 46,48	R\$ 438.306,40
5	SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA DE VAPOR DE MERCÚRIO/VAPOR DE SÓDIO POR LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_08/2020	9430 unid.	R\$ 187,02	R\$ 1.763.598,60
6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM)	300 unid.	R\$ 2,97	R\$ 891,00
7	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	48 unid.	R\$ 484,90	R\$ 23.275,20
INSTALAÇÃO DE BRAÇO DE ILUMINAÇÃO				
2.1	BRAÇO P/ LUMINÁRIA EM TUBO FERRO GALVANIZADO 1"X1M	100 unid.	R\$ 202,81	R\$ 20.281,00
2.2	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	100 unid.	R\$ 480,40	R\$ 48.040,00
2.3	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	100 unid.	R\$ 46,48	R\$ 4.648,00
2.4	RECOLOCAÇÃO DE BRAÇO DE LUMINÁRIA	100 unid.	R\$ 72,06	R\$ 7.206,00
2.5	ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	100 unid.	R\$ 46,56	R\$ 4.656,00
INSTALAÇÃO DE POSTE				
3.1	INSTALAÇÃO DE POSTE MULTIAPLICAÇÕES	5 unid.	R\$ 18.978,32	R\$ 94.891,60
Total Executado		28638 unid.		R\$ 6.545.426,47
Valor Total Acumulado				

Além disso, **não se trata de parcela relevante tecnicamente** no contexto do presente certame, pois o objeto principal da licitação não é a execução física de obras ou instalações, mas sim a prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria, subsidiada pela matéria jurídica, econômica e de engenharia, para estudo e elaboração

de projeto para modernização do parque luminotécnico do Município de Leme/SP. Logo, a instalação física desse poste multiplicações não constitui núcleo essencial do objeto e não justifica ser classificada como parcela de maior relevância técnica.

O art. 67, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece de forma expressa que as exigências de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional devem se restringir às parcelas de maior relevância técnica **ou** de valor significativo, este último definido como igual ou superior a 4% do valor total estimado. A imposição de comprovação para item que não atinge sequer o percentual mínimo legal e que não possui caráter crítico à execução do contrato extrapola o limite legal, restringindo indevidamente a competitividade do certame.

As cláusulas editalícias ferem o princípio da legalidade, uma vez que se encontra em total desconformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e, por consequência, fere o princípio da ampla competitividade o que não se pode aceitar; e, sobre essa questão, convém destacar o ensinamento de Alexandre de Aragão de que *“a competitividade é o próprio espírito da licitação, ela também é um importante guia hermenêutico, de maneira que, diante de diversas interpretações em tese possíveis em determinada situação, se deve optar pela que mais competitividade trouxer (in dubio pro competitionem)”*.

Nesse sentido, revela-se imprescindível a reavaliação do edital, uma vez que a manutenção de exigência desproporcional e dissociada das reais necessidades contratuais possui aptidão para comprometer a competitividade do certame e, por conseguinte, afastar potenciais licitantes em afronta aos princípios que regem a contratação pública.

4. CONCLUSÃO

Pelo exposto, resta claro que o presente edital não pode permanecer nos termos em que se encontra, razão pela qual se apresenta esta **IMPUGNAÇÃO** para readequação do Instrumento Convocatório, o qual, sem sombra de dúvidas, se encontra viciado, visando,

assim, que esta Administração possa, refazendo seu texto, respeitando o prazo legal de publicação, alcançar a necessária legalidade do procedimento administrativo.

Diante de todo o exposto, requer a Impugnante se digne em anular os itens acima mencionados, adequando-os aos termos legais, jurisprudenciais e doutrinários diante do conhecimento, análise, e provimento aos termos desta Impugnação, suplicando, desde já, pela determinação de suspensão do certame até o julgamento final desta.

No mais, esclarece a empresa que, nos termos do MP 2.200-2/01⁴ que prevê que os documentos eletrônicos assinados digitalmente, com o uso de certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil, terão a mesma validade jurídica dos documentos em papel com assinaturas manuscritas, o presente pedido é assinado por meio de assinatura eletrônica com certificado digital.

Termos em que

Pede deferimento.

São Paulo, 12 de agosto de 2025

BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA



Eng.º JORGE M. MOURA
RG nº: 4.825.850-7 SSP/SP
CPF nº: 761.631.568-20
CREA/SP nº: 0600746789
Sócio-Gerente e Responsável Técnico

⁴ Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória. § 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros *em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei n. 3.071, de 1o de janeiro de 1916 — Código Civil.*